

Sumário

Agradecimentos.....	7
Apresentação.....	9
Nota do Autor à Décima Segunda Edição.....	11
Nota do Autor à Décima Primeira Edição.....	13
Nota do Autor à Décima Edição.....	15
Nota do Autor à Nona Edição.....	17
Nota do Autor à Oitava Edição.....	19
Nota do Autor à Sétima Edição.....	21
Nota do Autor à Sexta Edição.....	23
Nota do Autor à Quinta Edição.....	25
Nota do Autor à Quarta Edição.....	27
Nota do Autor à Terceira Edição.....	29

Capítulo 1

Garantias processuais e o sistema acusatório

1.1. Princípios processuais penais.....	49
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais.....	49
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial.....	52
1.4. Garantia do juiz natural.....	57
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa.....	62
1.6. Garantia da igualdade de partes.....	66
1.7. Garantia do estado de inocência.....	68
1.8. Garantia da motivação.....	74
1.9. Garantia da publicidade.....	82
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição.....	85
1.11. Garantia do processo no prazo razoável.....	88
1.12. Garantia do devido processo legal.....	96
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais.....	97
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório.....	104
1.14.1. Características.....	104
1.14.2. A essência do processo penal acusatório.....	105
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz.....	105

Capítulo 2

Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação

2.1. A lei processual penal no tempo.....	113
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal.....	114
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos.....	119
2.1.2.1. Normas sobre procedimento.....	120
2.1.2.2. Normas sobre prova.....	120
2.1.2.3. Normas sobre recursos.....	121
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade.....	124

2.2.	A lei processual penal no espaço.....	125
2.3.	Interpretação da lei processual penal.....	127

Capítulo 3

Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar

3.1.	Noções gerais.....	131
3.2.	Inquérito policial: finalidade.....	132
3.3.	Inquéritos extrapoliciais.....	133
3.4.	Natureza jurídica e características.....	133
3.5.	Dispensabilidade do inquérito.....	138
3.6.	Âmbito de atuação da autoridade policial.....	139
3.7.	Início do inquérito policial.....	141
3.8.	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies.....	145
3.9.	Diligências.....	145
3.10.	Identificação criminal.....	148
3.11.	Indiciamento.....	151
3.12.	Incomunicabilidade do preso.....	152
3.13.	Término do inquérito policial.....	152
3.14.	Arquivamento do inquérito policial.....	156
3.15.	Vícios do inquérito policial.....	160
3.16.	Valor probatório.....	161
3.17.	Investigação pelo Ministério Público.....	163
3.18.	Investigação pela defesa.....	166
3.19.	“Juiz das Garantias”.....	169
3.19.1.	Separação das fases da persecução penal: competência funcional.....	170
3.19.2.	Função e momento de atuação.....	171
3.19.3.	Processos em que não haverá atuação do juiz das garantias.....	174
3.19.3.1.	Processos de competência originária dos tribunais.....	176
3.19.3.2.	Processos de competência do Tribunal do Júri.....	178
3.19.3.3.	Processos da Lei Maria da Penha.....	179
3.19.4.	O rol de competências.....	180
3.19.5.	Do impedimento para atuar na fase de instrução e julgamento da causa.....	185
3.19.6.	Separação dos autos da investigação e dos autos do processo.....	186
3.20.	Acordo de não persecução penal.....	188

Capítulo 4

Ação penal

4.1.	Noções gerais sobre o direito de ação.....	197
4.1.1.	Teorias imanentistas do direito de ação.....	197
4.1.2.	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação.....	198
4.1.3.	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação.....	198
4.1.4.	Teoria da ação de Liebman.....	199
4.2.	Condições da ação penal.....	199
4.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido.....	200
4.2.2.	Interesse de agir.....	202
4.2.3.	Legitimidade de partes.....	204
4.2.4.	Justa causa para a ação penal.....	205
4.2.5.	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito.....	212
4.3.	Classificação da ação penal.....	217
4.3.1.	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada.....	217
4.3.2.	Critério subjetivo de classificação.....	219

4.3.3.	Determinação da espécie de ação penal.....	219
4.3.4.	Razão de ser das espécies de ação penal	221
4.3.5.	Características fundamentais das espécies de ação penal	221
4.4.	Ação penal pública incondicionada	222
4.4.1.	Noções gerais	222
4.4.2.	Princípios.....	222
4.5.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido	223
4.6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	225
4.7.	Ação penal de iniciativa privada	226
4.7.1.	Princípios.....	226
4.7.2.	Queixa.....	227
4.8.	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal	228
4.8.1.	Decadência	228
4.8.2.	Renúncia ao direito de queixa	229
4.8.3.	Perdão do ofendido	230
4.8.4.	Perempção.....	231
4.9.	Denúncia ou queixa	232
4.9.1.	Requisitos da denúncia ou queixa.....	232
4.9.1.1.	Exposição do fato com todas as circunstâncias	233
4.9.1.2.	Qualificação do acusado.....	234
4.9.1.3.	Classificação do crime	235
4.9.1.4.	Rol de testemunhas.....	236
4.9.1.5.	Elementos autenticativos.....	236
4.9.2.	Aditamento da denúncia.....	236

Capítulo 5

Ação civil *ex delicto*

5.1.	Noções gerais	241
5.2.	Restituição, ressarcimento, reparação e indenização	241
5.3.	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i>	242
5.4.	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis.....	243
5.5.	Sentença condenatória e o responsável civil.....	246
5.6.	Sentença penal condenatória e a responsabilidade civil solidária.....	247
5.7.	Rescisão do julgado penal.....	248
5.8.	Efeitos civis da absolvição penal	248
5.8.1.	Absolvição por excludentes de ilicitude	251
5.8.1.1.	Legítima defesa	251
5.8.1.2.	Estado de necessidade.....	252
5.8.1.3.	Estrito cumprimento do dever legal	252
5.8.1.4.	Exercício regular de direito.....	253
5.9.	Vinculação da absolvição e contraditório.....	253

Capítulo 6

Competência

6.1.	Noções gerais	257
6.2.	Concretização da competência.....	258
6.3.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento.....	262
6.4.	Critérios de distribuição de competência	263
6.4.1.	Competência pelo lugar da infração.....	268
6.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu e a competência pelo domicílio da vítima	272

6.4.3.	Competência pela prevenção	275
6.4.4.	Competência pela natureza da infração	276
6.4.5.	Competência pela distribuição	277
6.4.6.	Competência por prerrogativa de função	279
6.5.	Prorrogação da competência	283
6.5.1.	Noções preliminares.....	283
6.5.2.	Prorrogação de competência: conceito e espécies.....	285
6.5.3.	Conexão.....	286
6.5.4.	Continência.....	289
6.5.5.	Efeitos da conexão e da continência	290
6.5.6.	Dos critérios de definição do foro prevalectente	295
6.5.7.	Desaforamento	299
6.5.8.	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos	299
6.6.	Disposições especiais sobre competência.....	300

Capítulo 7
Sujeitos processuais

7.1.	Juiz	307
7.1.1.	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes.....	307
7.1.1.1.	Hipóteses de impedimentos	309
7.1.1.2.	Hipóteses de incompatibilidades.....	312
7.1.1.3.	Procedimento	313
7.1.1.4.	Efeitos	313
7.1.2.	Suspeição do juiz.....	314
7.1.2.1.	Hipóteses de suspeição	314
7.1.2.2.	Abstenção do juiz.....	316
7.1.2.3.	Atos do juiz suspeito.....	316
7.1.2.4.	Suspeição dos jurados	316
7.2.	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	317
7.3.	Ministério Público.....	318
7.3.1.	Natureza jurídica	318
7.3.2.	Parte interessada ou “parte imparcial”	318
7.3.3.	Princípios do Ministério Público.....	320
7.3.4.	Impedimentos do Ministério Público	321
7.4.	Autoridade policial.....	322
7.5.	Acusado.....	322
7.5.1.	Questões terminológicas	322
7.5.2.	Pessoa jurídica.....	323
7.5.3.	A autodefesa do acusado.....	323
7.5.4.	Revelia do acusado	324
7.6.	Defensor.....	324
7.6.1.	Defesa técnica	324
7.6.2.	Finalidade da defesa	324
7.6.3.	Aspectos terminológicos	325
7.6.4.	Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva.....	325
7.6.5.	Momento inicial da defesa técnica.....	326
7.7.	Curador	327
7.7.1.	Finalidade.....	327
7.8.	Assistente de acusação	328
7.8.1.	Finalidade.....	328

7.8.2.	Cabimento.....	329
7.8.3.	Momento	330
7.8.4.	Legitimados.....	331
7.8.5.	Poderes do assistente	333
7.8.6.	O assistente e a testemunha	334

Capítulo 8

Questões e processos incidentes

8.1.	Questões e processos incidentes	341
8.2.	Questões prejudiciais	342
8.2.1.	Noções gerais	342
8.2.2.	Classificações	343
8.2.3.	Questões prejudiciais sobre estado das pessoas	344
8.2.4.	Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas.....	346
8.2.5.	Legitimados.....	348
8.2.6.	Momento de arguição	348
8.2.7.	Recurso	348
8.3.	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade	349
8.3.1.	Exceção de suspeição.....	349
8.3.1.1.	Abstenção do juiz.....	350
8.3.1.2.	Legitimados.....	350
8.3.1.3.	Momento da arguição	350
8.3.1.4.	Procedimento	351
8.3.1.5.	Exceção de suspeição dos jurados.....	353
8.3.1.6.	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público	353
8.3.1.7.	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	354
8.3.1.8.	Suspeição da autoridade policial.....	354
8.3.2.	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades.....	354
8.3.2.1.	Procedimento	354
8.4.	Da exceção de incompetência	355
8.4.1.	Hipóteses de incompetência.....	355
8.4.2.	Abstenção do juiz.....	356
8.4.3.	Legitimados.....	356
8.4.4.	Momento da arguição	357
8.4.5.	Procedimento.....	357
8.5.	Exceção de litispendência e de coisa julgada	358
8.5.1.	Distinção	358
8.5.2.	Legitimados.....	360
8.5.3.	Momento de arguição	360
8.5.4.	Procedimento.....	360
8.5.5.	Recurso	361
8.6.	Exceção de ilegitimidade de parte	362
8.6.1.	Cabimento.....	362
8.6.2.	Legitimados.....	362
8.6.3.	Momento de arguição	362
8.6.4.	Procedimento.....	363
8.6.5.	Recurso	363
8.7.	Da restituição das coisas apreendidas	364
8.7.1.	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas	364
8.7.2.	Legitimados.....	365

8.7.3.	Momento	365
8.7.4.	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida	366
8.7.5.	Requisitos	366
8.7.6.	Procedimento.....	367
8.7.7.	Destino das coisas não restituídas.....	369
8.7.8.	Natureza jurídica	369
8.8.	Incidente de falsidade documental.....	370
8.8.1.	Cabimento.....	370
8.8.2.	Legitimados.....	372
8.8.3.	Momento	373
8.8.4.	Procedimento.....	373
8.9.	Incidente de insanidade mental.....	375
8.9.1.	Cabimento.....	375
8.9.2.	Legitimados.....	376
8.9.3.	Momento	376
8.9.4.	Procedimento.....	377
8.9.5.	Resultado do laudo	379

Capítulo 9
Comunicação dos atos processuais

9.1.	Atos de comunicação processual	385
9.2.	Citação.....	385
9.2.1.	Noções gerais e espécies de citação	385
9.2.2.	Citação por mandado.....	386
9.2.3.	Citação por edital.....	391
9.2.4.	Citação com hora certa	394
9.2.5.	Citação e revelia	395
9.2.6.	Vícios da citação.....	396
9.3.	Intimação	397

Capítulo 10
Da prova

10.1.	Teoria geral da prova	403
10.1.1.	Noções preliminares.....	403
10.1.2.	Processo penal, prova e verdade.....	403
10.1.3.	Conceitos e significados sobre a prova	408
10.1.4.	Meios de prova e meios de obtenção de prova	409
	10.1.4.1. Meios de prova	410
	10.1.4.2. Meios de obtenção de prova	411
10.1.5.	Prova atípica e prova anômala	412
10.1.6.	Das provas pré-constituídas e provas constituendas: diferenças quanto ao regime do contraditório.....	413
10.1.7.	Prova emprestada	416
10.1.8.	Objeto da prova.....	420
10.1.9.	Momentos probatórios	420
10.1.10.	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas	422
10.1.11.	Provas ilícitas.....	425
	10.1.11.1. Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções.....	425
	10.1.11.2. Uma proposta de conceituação das provas ilícitas	427
	10.1.11.3. Prova ilícita por derivação	431
10.1.12.	Prova por videoconferência.....	432

10.1.13.	Sistemas de valoração da prova	435
10.1.13.1.	O valor dos elementos informativos do inquérito policial	437
10.1.13.2.	O valor dos elementos não produzidos em contraditório: corroboração.....	438
10.1.13.3.	Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis	440
10.1.14.	Critérios de decisão: o problema dos <i>standards</i> probatórios	443
10.1.14.1.	Noções gerais	443
10.1.14.2.	As críticas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável”	445
10.1.14.3.	Propostas alternativas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável”	448
10.1.15.	Ônus da prova	464
10.1.15.1.	Noções gerais	464
10.1.15.2.	Ônus da prova: espécies	464
10.1.15.3.	Ônus da prova quanto aos elementos do crime	466
10.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias	470
10.2.1.	Conceito	470
10.2.2.	Características.....	471
10.2.3.	Classificações	471
10.2.4.	Perito	471
10.2.5.	Corpo do delito e exame de corpo de delito.....	472
10.2.6.	Exame de corpo de delito direto e indireto	473
10.2.7.	Procedimento probatório	475
10.2.8.	Valor probatório	477
10.2.9.	Da cadeia de custódia da prova	478
10.2.9.1.	Conceito e finalidade da cadeia de custódia	478
10.2.9.2.	Das etapas da cadeia de custódia.....	480
10.2.9.3.	Das consequências da violação da cadeia de custódia	483
10.2.9.4.	Da cadeia de custódia da prova digital	487
10.3.	Interrogatório	491
10.3.1.	Natureza jurídica	491
10.3.2.	Características.....	492
10.3.3.	Local do interrogatório	494
10.3.4.	Procedimento e conteúdo.....	494
10.3.5.	Valor probatório	495
10.4.	Confissão.....	495
10.4.1.	Conceito e elementos	495
10.4.2.	Natureza jurídica	496
10.4.3.	Classificações	496
10.4.4.	Características.....	496
10.4.5.	Valor probatório	497
10.5.	Delação ou chamamento do corréu.....	498
10.5.1.	Conceito	498
10.5.2.	Natureza jurídica	498
10.5.3.	Requisitos	499
10.5.4.	Valor probatório	499
10.5.5.	Da colaboração premiada	500
10.5.5.1.	O acordo de colaboração premiada	501
10.5.5.2.	A proposta de acordo de colaboração premiada e as tratativas do acordo	503
10.5.5.3.	A retratação da proposta e a não celebração do acordo de colaboração...	506
10.5.5.4.	O conteúdo do acordo.....	508

	10.5.5.5.	A homologação judicial do acordo	510
	10.5.5.6.	A produção da prova nos processos com colaboração premiada.....	520
	10.5.5.7.	O valor probatório da colaboração premiada.....	520
10.6.		Declarações do ofendido	524
	10.6.1.	Posição do ofendido no processo penal	524
	10.6.2.	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas.....	524
	10.6.3.	Natureza jurídica	525
	10.6.4.	Procedimento probatório	525
	10.6.5.	Valor probatório	526
10.7.		Prova testemunhal.....	527
	10.7.1.	Conceito	527
	10.7.2.	Características.....	527
	10.7.3.	Classificações	528
	10.7.4.	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor	529
	10.7.5.	Lugar do depoimento	530
	10.7.6.	Procedimento probatório	531
	10.7.7.	Contradita	533
	10.7.8.	Valor probatório da prova testemunhal	534
10.8.		Acareação.....	538
	10.8.1.	Conceito e características	538
	10.8.2.	Procedimento probatório	538
	10.8.3.	Valor probatório	540
10.9.		Reconhecimento de pessoa ou coisa	540
	10.9.1.	Conceito	540
	10.9.2.	Procedimento.....	541
	10.9.3.	Valor probatório	543
10.10.		Prova documental	547
	10.10.1.	Conceito	547
	10.10.2.	Características.....	547
	10.10.3.	Espécies.....	548
	10.10.4.	Documento eletrônico	548
	10.10.5.	Procedimento probatório	549
	10.10.6.	Valor probatório	550
10.11.		Indícios e presunções.....	551
	10.11.1.	Conceito	551
	10.11.2.	Raciocínio indiciário.....	551
	10.11.3.	Valor probatório	552
	10.11.4.	Indícios e presunções	552
	10.11.5.	Espécies de presunções	553
	10.11.6.	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova.....	554
	10.11.7.	Presunções absolutas.....	555
10.12.		Busca e apreensão.....	555
	10.12.1.	Busca domiciliar	556
	10.12.2.	Busca pessoal.....	560
	10.12.3.	Procedimento da busca e apreensão	563
10.13.		Interceptação telefônica.....	565
	10.13.1.	Questões terminológicas	565
	10.13.2.	Disciplina constitucional	567
	10.13.3.	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996.....	571
	10.13.4.	Natureza jurídica da medida	572

10.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica	572
10.13.6.	Legitimados e momento	574
10.13.7.	Juiz e competência	575
10.13.8.	Procedimento probatório	577
10.13.9.	Valor probatório	582
10.14.	Interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos	584
10.14.1.	Conceito de captação de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos.....	584
10.14.2.	Natureza jurídica da medida	586
10.14.3.	Fundamento constitucional	586
10.14.4.	Espécies de interceptações ambientais	589
10.14.5.	Requisitos para a interceptação ambiental.....	592
10.14.6.	Procedimento probatório	595

Capítulo 11 **Sentença e coisa julgada**

11.1.	Sentença	601
11.1.1.	Conceito	601
11.1.2.	Classificação e denominações	601
11.1.3.	Requisitos da sentença	602
11.1.4.	Sentença absolutória	605
11.1.5.	Sentença condenatória.....	606
11.1.6.	Intimação da sentença.....	612
11.1.7.	Efeitos da sentença.....	613
11.2.	Correlação entre acusação e sentença	614
11.2.1.	Noções gerais	614
11.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383)	615
11.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384).....	616
11.3.	Coisa julgada.....	622
11.3.1.	Noções gerais	622
11.3.2.	Coisa julgada formal.....	623
11.3.3.	Coisa julgada material.....	624
11.3.4.	Limites objetivos da coisa julgada	624
11.3.4.1.	Problemas específicos	626
11.3.5.	Limites subjetivos da coisa julgada	627
11.3.5.1.	Problemas específicos	628

Capítulo 12 **Do processo**

12.1.	Natureza do processo	633
12.2.	Objeto do processo penal	638
12.2.1.	A irrelevância da lide penal	638
12.2.2.	A pretensão punitiva: pretensão material	645
12.2.3.	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal.....	649
12.3.	Dos chamados pressupostos processuais.....	652

Capítulo 13 **Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário, sumaríssimo e procedimentos especiais**

13.1.	Noções preliminares	659
13.2.	Do procedimento comum ordinário.....	662
13.2.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	662

13.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar	663
13.2.3.	Citação do acusado.....	665
13.2.4.	Resposta.....	665
13.2.5.	Absolvição sumária	669
13.2.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa.....	671
13.2.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	673
13.2.7.1.	Declarações do ofendido	673
13.2.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.....	673
13.2.7.3.	Esclarecimentos dos peritos	677
13.2.7.4.	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas.....	677
13.2.7.5.	Interrogatório	677
13.2.7.6.	Diligências complementares	679
13.2.7.7.	Alegações finais	680
13.2.7.8.	Sentença.....	682
13.3.	Procedimento sumário.....	685
13.3.1.	Aplicação do procedimento sumário	686
13.3.2.	O procedimento sumário (arts. 531 e 538).....	686
13.4.	Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais.....	688
13.4.1.	Noções preliminares.....	688
13.4.2.	Infração penal de menor potencial ofensivo.....	689
13.4.3.	Processo penal consensual.....	690
13.4.3.1.	Composição civil	691
13.4.3.2.	Representação do ofendido	691
13.4.3.3.	Transação penal	692
13.4.3.4.	Suspensão condicional do processo	697
13.4.4.	Procedimento.....	701
13.4.4.1.	Termo circunstanciado	702
13.4.4.2.	Audiência preliminar	703
13.4.4.3.	Audiência de instrução e julgamento	706
13.5.	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri.....	709
13.5.1.	Noções preliminares.....	709
13.5.2.	Características constitucionais do júri brasileiro	711
13.5.2.1.	Plenitude de defesa	711
13.5.2.2.	Sigilo das votações.....	711
13.5.2.3.	Soberania dos veredictos	713
13.5.2.4.	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida	713
13.5.3.	Procedimento no juízo de acusação	716
13.5.3.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	716
13.5.3.2.	Juízo de admissibilidade da acusação	716
13.5.3.3.	Citação do acusado.....	716
13.5.3.4.	Resposta.....	716
13.5.3.5.	Réplica	717
13.5.3.6.	Absolvição sumária do art. 397	717
13.5.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento	718
13.5.3.7.1.	Declarações do ofendido.....	719
13.5.3.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.....	719
13.5.3.7.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconheci- mento de pessoas ou coisas	720
13.5.3.7.4.	Interrogatório.....	720
13.5.3.7.5.	Alegações finais.....	720

13.5.4.	Pronúncia	722
13.5.5.	Impronúncia	727
13.5.6.	Absolvição sumária	728
13.5.7.	Desclassificação	730
13.5.8.	Juízo da causa – Noções preliminares.....	733
13.5.9.	Requerimento de diligências da acusação e da defesa	733
13.5.10.	Preparação do processo	734
13.5.11.	Desaforamento	734
13.5.12.	Aceleração do julgamento	738
13.5.13.	Ordem dos julgamentos.....	738
13.5.14.	A função dos jurados e a organização do júri	739
13.5.15.	Formação e convocação do júri.....	742
13.5.16.	Do julgamento pelo júri	742
13.5.16.1.	Verificação da presença das partes e testemunhas	742
13.5.16.2.	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação	745
13.5.16.3.	Pregão e adiamentos.....	745
13.5.16.4.	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados.....	746
13.5.16.5.	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas	748
13.5.16.6.	Compromisso dos jurados.....	749
13.5.16.7.	Oitiva da vítima e das testemunhas	750
13.5.16.8.	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclarecimentos dos peritos	751
13.5.16.9.	Leitura de peças	751
13.5.16.10.	Interrogatório do acusado	753
13.5.16.11.	Uso de algemas.....	754
13.5.16.12.	Debates orais	755
13.5.16.13.	Vedação de utilização de argumentos	758
13.5.16.14.	Juntada de documentos	760
13.5.16.15.	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados.....	762
13.5.16.16.	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença.....	763
13.5.16.17.	Leitura dos quesitos.....	763
13.5.16.18.	Sala secreta	764
13.5.16.19.	Quesitos.....	764
13.5.16.20.	Votação dos quesitos	769
13.5.16.21.	Sentença.....	771
13.5.16.22.	Desclassificação pelo conselho de sentença.....	772
13.5.16.23.	Leitura da sentença.....	775
13.6.	Procedimento dos crimes falimentares.....	775
13.6.1.	Noções gerais	775
13.6.2.	Extinção do inquérito judicial.....	775
13.6.3.	Ação penal subsidiária	776
13.6.4.	Sentença declaratória da falência.....	777
13.6.5.	Recebimento da denúncia	777
13.6.6.	Competência do juiz criminal.....	777
13.7.	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos.....	778
13.7.1.	Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial	778
13.7.2.	Cabimento do procedimento	779
13.7.3.	Competência e foro por prerrogativa de função.....	780
13.7.4.	Denúncia	781
13.7.5.	Resposta escrita.....	782

13.7.6.	Recebimento da denúncia	784
13.7.7.	Rejeição da denúncia.....	785
13.8.	Procedimento dos crimes contra a honra	785
13.8.1.	Noções gerais	785
13.8.2.	Cabimento.....	786
13.8.3.	Audiência de reconciliação.....	787
13.8.4.	Exceção da verdade	789
13.8.5.	Exceção da notoriedade do fato	792
13.8.6.	Pedido de explicações.....	792
13.9.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	794
13.9.1.	Noções gerais	794
13.9.2.	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada	795
	13.9.2.1. O exame pericial	796
	13.9.2.2. Ação penal.....	799
13.9.3.	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública	801
13.9.4.	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial	804
13.10.	Do procedimento especial dos crimes de drogas	805
13.10.1.	Noções gerais	805
13.10.2.	Procedimento de drogas	806
13.10.3.	Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes	807
13.10.4.	Inquérito policial	808
13.10.5.	Oferecimento da denúncia	810
13.10.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia	811
13.10.7.	Notificação	811
13.10.8.	Resposta.....	812
13.10.9.	Diligências.....	813
13.10.10.	Juízo de admissibilidade da acusação.....	813
13.10.11.	Possibilidade de absolvição sumária.....	816
13.10.12.	Audiência de instrução e julgamento	816

Capítulo 14
Nulidade dos atos processuais

14.1.	Noções gerais	827
14.2.	Atos inexistentes.....	828
14.3.	Nulidades absolutas	832
14.4.	Nulidades relativas	832
14.5.	Princípios relativos às nulidades.....	833
	14.5.1. Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas.....	833
	14.5.2. Princípio da causalidade.....	835
	14.5.3. Princípio do interesse.....	835
14.6.	Nulidades cominadas no CPP.....	836
14.7.	Convalidação dos atos processuais.....	844
14.8.	Meios para alegar as nulidades.....	846

Capítulo 15
Recursos

15.1.	Teoria geral dos recursos	851
15.1.1.	Fundamento do direito ao recurso	851
15.1.2.	Conceito e classificações.....	852
15.1.3.	Princípios relativos aos recursos	853
	15.1.3.1. Taxatividade	853

15.1.3.2.	Unirrecorribilidade das decisões	853
15.1.3.3.	Fungibilidade recursal	854
15.1.3.4.	Dialeticidade	857
15.1.3.5.	Disponibilidade	857
15.1.3.6.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	858
15.1.3.7.	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	859
15.1.4.	Efeitos dos recursos	861
15.1.4.1.	Efeito devolutivo	862
15.1.4.2.	Efeito suspensivo	862
15.1.4.3.	Efeito regressivo ou iterativo	865
15.1.4.4.	Efeito extensivo	865
15.1.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	866
15.1.5.1.	Juízo de admissibilidade	866
15.1.5.2.	Juízo de mérito	867
15.1.6.	Requisitos de admissibilidade	868
15.1.6.1.	Cabimento	868
15.1.6.2.	Tempestividade	869
15.1.6.3.	Regularidade formal	873
15.1.6.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	875
15.1.6.4.1.	Fatos impeditivos	875
15.1.6.4.2.	Fatos extintivos	878
15.1.6.5.	Legitimidade	880
15.1.6.6.	Interesse	883
15.2.	Apelação	885
15.2.1.	Noções gerais	885
15.2.2.	Requisitos de admissibilidade	885
15.2.2.1.	Cabimento – CPP, art. 593	885
15.2.2.2.	Tempestividade	889
15.2.2.3.	Regularidade formal	890
15.2.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	891
15.2.2.5.	Legitimidade	892
15.2.2.6.	Interesse	893
15.2.3.	Procedimento	893
15.2.4.	Efeitos da apelação	893
15.3.	Recurso em sentido estrito	897
15.3.1.	Noções gerais	897
15.3.2.	Requisitos de admissibilidade	898
15.3.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581	898
15.3.2.2.	Tempestividade	904
15.3.2.3.	Regularidade formal	905
15.3.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	905
15.3.2.5.	Legitimidade	906
15.3.2.6.	Interesse	906
15.3.3.	Procedimento	906
15.3.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito	907
15.4.	Embargos de declaração	908
15.4.1.	Noções gerais	908
15.4.2.	Requisitos de admissibilidade	909
15.4.2.1.	Cabimento	909
15.4.2.2.	Tempestividade	911

	15.4.2.3.	Regularidade formal.....	911
	15.4.2.4.	Legitimidade e interesse.....	911
	15.4.3.	Procedimento.....	912
	15.4.4.	Efeitos dos embargos de declaração.....	913
	15.4.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos.....	914
	15.4.6.	Julgamento dos embargos de declaração.....	916
15.5.		Embargos infringentes e de nulidades.....	917
	15.5.1.	Noções gerais.....	917
	15.5.2.	Requisitos de admissibilidade.....	917
	15.5.2.1.	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único).....	917
	15.5.2.2.	Tempestividade.....	918
	15.5.2.3.	Regularidade formal.....	920
	15.5.2.4.	Legitimidade e interesse.....	920
	15.5.3.	Procedimento.....	921
	15.5.4.	Efeitos dos embargos infringentes.....	921
15.6.		Carta testemunhável.....	923
	15.6.1.	Noções gerais.....	923
	15.6.2.	Requisitos de admissibilidade.....	923
	15.6.2.1.	Cabimento.....	923
	15.6.2.2.	Tempestividade.....	924
	15.6.2.3.	Legitimidade.....	925
	15.6.3.	Procedimento.....	925
	15.6.4.	Efeitos da carta testemunhável.....	927
15.7.		Correição parcial.....	927
	15.7.1.	Noções gerais.....	927
	15.7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	928
	15.7.2.1.	Cabimento.....	928
	15.7.2.2.	Tempestividade.....	930
	15.7.2.3.	Legitimidade.....	931
	15.7.3.	Procedimento.....	931
	15.7.4.	Efeitos da correição parcial.....	932
15.8.		Recursos especial e extraordinário.....	933
	15.8.1.	Noções gerais.....	933
	15.8.2.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	934
	15.8.2.1.	Cabimento.....	934
	15.8.2.1.1.	Questões comuns.....	934
	15.8.2.1.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	938
	15.8.2.1.3.	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	946
	15.8.2.2.	Tempestividade.....	949
	15.8.2.3.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	950
	15.8.2.4.	Legitimidade.....	950
	15.8.2.5.	Interesse.....	951
	15.8.3.	Procedimento.....	951
	15.8.4.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	953
	15.8.5.	Recurso extraordinário e especial representativos da controvérsia em matéria penal.....	960
	15.8.6.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário.....	964
15.9.		Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário.....	966
	15.9.1.	Noções gerais.....	966
	15.9.2.	O agravo no Código de Processo Civil.....	967
	15.9.3.	Requisitos de admissibilidade.....	967

15.9.3.1.	Cabimento.....	967
15.9.3.2.	Tempestividade.....	968
15.9.4.	Procedimento.....	968
15.9.5.	Efeitos do agravo.....	969
15.10.	Embargos de Divergência.....	970
15.10.1.	Noções gerais	970
15.10.2.	Requisitos de admissibilidade	970
15.10.2.1.	Cabimento.....	970
15.10.2.1.1.	Características do acórdão embargado	971
15.10.2.1.2.	Características do acórdão paradigma	972
15.10.2.2.	Tempestividade.....	973
15.10.2.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência.....	973
15.10.2.4.	Ausência de fato impeditivo	975
15.10.2.5.	Legitimidade e interesse.....	976
15.10.3.	Procedimento.....	977
15.10.3.1.	Embargos de Divergência no STF.....	977
15.10.3.2.	Embargos de Divergência no STJ.....	978
15.10.4.	Efeitos dos Embargos de Divergência	978
15.11.	Agravo em execução	979
15.11.1.	Noções gerais	979
15.11.2.	Requisitos de admissibilidade	980
15.11.2.1.	Cabimento.....	980
15.11.2.2.	Tempestividade.....	980
15.11.2.3.	Legitimidade e interesse.....	980
15.11.3.	Procedimento.....	980
15.11.4.	Efeitos do agravo em execução.....	981

Capítulo 16

Habeas corpus

16.1.	Natureza jurídica	985
16.2.	Notícias históricas	985
16.3.	Tutela jurisdicional.....	986
16.4.	Condições da ação.....	987
16.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	987
16.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	988
16.4.3.	Legitimidade	995
16.4.3.1.	Legitimados ativos.....	995
16.4.3.2.	Legitimidade passiva.....	996
16.5.	Pressupostos processuais.....	997
16.6.	Competência.....	999
16.7.	Procedimento	1000
16.8.	<i>Standard</i> de prova e ônus da prova	1003
16.9.	Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	1006
16.9.1.	Requisitos de admissibilidade	1006
16.9.1.1.	Cabimento.....	1006
16.9.1.2.	Legitimidade recursal	1008
16.9.1.3.	Interesse recursal	1009
16.9.1.4.	Ausência de fato impeditivo	1009
16.9.1.5.	Tempestividade.....	1009
16.9.2.	Procedimento.....	1009
16.9.3.	Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	1010

Capítulo 17
Revisão criminal

17.1.	Noções gerais	1013
17.2.	Condições da ação	1014
17.2.1.	Interesse de agir: hipótese de cabimento prevista em lei	1014
17.2.2.	Interesse de agir: necessidade e adequação	1020
17.2.3.	Legitimidade	1021
17.3.	Pressupostos processuais	1022
17.4.	Procedimento	1023
17.5.	<i>Standard</i> de prova e Ônus da prova	1025
17.6.	Efeitos da sentença absolutória	1026
17.7.	Coisa julgada	1027
17.8.	Indenização pelo erro judiciário	1027

Capítulo 18
Medidas cautelares

18.1.	Teoria geral da tutela cautelar processual penal	1031
18.1.1.	Espécies de medidas cautelares	1031
18.1.2.	Características das tutelas cautelares	1032
18.1.2.1.	Instrumentalidade hipotética	1032
18.1.2.2.	Acessoriedade	1032
18.1.2.3.	Preventividade	1033
18.1.2.4.	Provisoriedade	1033
18.1.2.5.	Cognição sumária	1035
18.1.2.6.	Referibilidade	1036
18.1.2.7.	Proporcionalidade	1037
18.1.3.	Legalidade das medidas cautelares penais	1037
18.1.4.	Processo cautelar e medidas cautelares penais	1039
18.1.5.	Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal	1040
18.2.	Medidas cautelares pessoais	1043
18.2.1.	Características das medidas cautelares pessoais	1045
18.2.1.1.	Necessidade e adequação das medidas cautelares	1045
18.2.1.2.	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada	1047
18.2.1.3.	Contraditoriedade	1050
18.2.1.4.	Excepcionalidade da prisão preventiva	1050
18.2.1.5.	Cumulatividade	1051
18.2.2.	Prisão em flagrante	1051
18.2.2.1.	Conceito e finalidade	1051
18.2.2.2.	Classificação	1052
18.2.2.3.	Situação de flagrante	1052
18.2.2.4.	Situações especiais	1053
18.2.2.5.	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito	1055
18.2.2.6.	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade ..	1057
18.2.2.7.	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial	1058
18.2.3.	Prisão preventiva	1060
18.2.3.1.	Momento para decretação	1060
18.2.3.2.	Legitimidade para requerer a prisão	1061
18.2.3.3.	Legitimidade para decretar a prisão	1063
18.2.3.4.	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva	1063

18.2.3.5.	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva	1064
18.2.3.6.	Requisitos positivos da prisão preventiva	1065
18.2.3.6.1.	Garantia da ordem pública	1066
18.2.3.6.2.	Garantia da ordem econômica	1069
18.2.3.6.3.	Conveniência da instrução criminal	1070
18.2.3.6.4.	Assegurar a aplicação da lei penal	1071
18.2.3.6.5.	O <i>periculum libertatis</i> subsidiário: o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão	1073
18.2.3.7.	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva.....	1074
18.2.3.7.1.	A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada	1076
18.2.3.8.	Necessidade de fundamentação.....	1077
18.2.3.9.	Prisão domiciliar	1079
18.2.3.10.	Revogação da prisão preventiva e sua revisão periódica	1082
18.2.4.	Prisão temporária	1084
18.2.4.1.	Hipóteses de cabimento	1085
18.2.4.2.	Momentos para a decretação da prisão temporária.....	1086
18.2.4.3.	Legitimados para requerer a prisão temporária	1087
18.2.4.4.	Prazo e término da prisão temporária.....	1087
18.2.4.5.	Fundamentação da decretação da prisão temporária.....	1088
18.2.5.	Audiência de custódia	1088
18.2.5.1.	Da denominação: audiência de custódia	1088
18.2.5.2.	A garantia do art. 7.5 da CADH	1089
18.2.5.3.	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz	1090
18.2.5.4.	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH	1095
18.2.5.5.	Da consequência da inobservância da audiência de custódia	1096
18.2.5.6.	Do procedimento da audiência de custódia	1096
18.2.6.	Medidas cautelares alternativas à prisão	1101
18.2.6.1.	Medidas alternativas à prisão preventiva	1101
18.2.6.2.	Natureza: as medidas alternativas à prisão são medidas cautelares?...	1102
18.2.6.3.	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão.....	1103
18.2.6.4.	Características: preferibilidade e cumulatividade	1105
18.2.6.5.	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão.....	1106
18.2.6.6.	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela?	1108
18.2.6.7.	Medidas em espécie.....	1110
18.2.6.7.1.	Comparecimento periódico a juízo	1110
18.2.6.7.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	1111
18.2.6.7.3.	Proibição de contato com pessoa determinada	1112
18.2.6.7.4.	Proibição de ausentar-se da comarca.....	1114
18.2.6.7.5.	Recolhimento domiciliar noturno.....	1116
18.2.6.7.6.	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira.....	1117
18.2.6.7.7.	Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável	1122
18.2.6.7.8.	Fiança.....	1124
18.2.6.7.8.1.	Cabimento e os crimes inafiançáveis	1125
18.2.6.7.8.2.	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade.....	1127

	18.2.6.7.8.3.	Legitimidade para conceder a fiança	1128
	18.2.6.7.8.4.	Valor da fiança.....	1129
	18.2.6.7.8.5.	Destino dos bens dados em fiança	1130
	18.2.6.7.8.6.	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda	1132
	18.2.6.7.9.	Monitoração eletrônica.....	1135
	18.2.6.7.10.	Proibição de ausentar-se do país	1136
18.2.7.		Liberdade provisória	1137
	18.2.7.1.	Noções gerais	1137
	18.2.7.2.	Natureza jurídica	1137
	18.2.7.3.	Vedação da liberdade provisória.....	1138
	18.2.7.4.	Classificação.....	1139
	18.2.7.5.	Momento	1139
	18.2.7.6.	Concessão da liberdade provisória.....	1140
	18.2.7.7.	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude.....	1140
	18.2.7.8.	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre”	1141
	18.2.7.9.	Liberdade provisória mediante fiança.....	1142
18.3.		Medidas cautelares patrimoniais	1142
	18.3.1.	Sequestro	1143
	18.3.1.1.	Sequestro de bens imóveis	1145
	18.3.1.1.1.	Objeto	1145
	18.3.1.1.2.	Requisito.....	1145
	18.3.1.1.3.	Legitimados.....	1146
	18.3.1.1.4.	Momento	1146
	18.3.1.1.5.	Finalidade.....	1147
	18.3.1.1.6.	Levantamento	1147
	18.3.1.1.7.	Influência do resultado do processo condenatório.....	1149
	18.3.1.2.	Sequestro de bens móveis	1149
	18.3.1.3.	Meios de defesa contra o sequestro de bens.....	1150
	18.3.1.4.	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2.º, do Código Penal.....	1155
	18.3.1.5.	Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revo- gação	1157
18.3.2.		Especialização e registro da hipoteca legal.....	1159
	18.3.2.1.	Objeto	1160
	18.3.2.2.	Requisito.....	1160
	18.3.2.3.	Legitimados.....	1160
	18.3.2.4.	Momento	1161
	18.3.2.5.	Procedimento	1162
	18.3.2.6.	Finalidade.....	1163
18.3.3.		Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal.....	1164
18.3.4.		Arresto subsidiário de bens móveis	1165
18.3.5.		Da alienação antecipada	1166
	18.3.5.1.	Finalidade e hipótese de cabimento.....	1166
	18.3.5.2.	Procedimento	1167
18.3.6.		Da utilização dos bens constritos.....	1171
	18.3.6.1.	Finalidade e hipótese de cabimento.....	1171
	18.3.6.2.	Procedimento	1171
		Referências bibliográficas	1179